

## *Para além do dia 19 de abril: a temática indígena na escola, entre limites e possibilidades*

*Before april 19: the indigenous themes in school, between limits and possibilities*

Maria da Penha da Silva\*

---

**Resumo:** Este texto resulta de uma pesquisa de Mestrado em Educação, cujo objetivo geral foi compreender as práticas pedagógicas sobre a temática indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas escolas municipais de Pesqueira, PE, entre os anos de 2013 e 2015. Nesse município habita o povo indígena Xukuru do Ororubá, sendo comum a presença de crianças indígenas nas escolas públicas no contexto urbano, sobretudo crianças advindas de famílias Xukuru que residem na cidade. Neste artigo, procura-se evidenciar os limites e as possibilidades de superação de práticas docentes convencionais sobre a temática indígena, em uma das escolas mais próxima da área indígena. Nota-se que, para além da comemoração do conhecido Dia do Índio, as professoras têm empreendido esforços para visibilizar a presença indígena no passado e no presente.

**Palavras-chave:** Temática indígena. Práticas pedagógicas.

**Abstract:** This text is the result of a Master's Degree in Education, whose general objective was to understand the pedagogical practices on indigenous issues in the initial years of elementary school in the municipal schools of Pesqueira, PE, between the years 2013 and 2015. In this municipality inhabits the indigenous people *Xukuru do Ororubá*, where the presence of indigenous children in urban public schools is common, mainly children from families Xukuru that reside in the city. In this article, we seek to highlight the limits and possibilities of overcoming conventional teaching practices on indigenous issues in one of the schools closest to the indigenous area. It is noted that, besides to the celebration of the well-known Indian Day, the teachers strive to make the indigenous presence visible in the past and present.

**Keywords:** Indigenous theme. Pedagogical practices.

---

\* Doutoranda em Antropologia (PPGA/UFPE); Mestre em Educação Contemporânea (CAA/UFPE); Especialista em Cultura e História dos Povos Indígenas (UFRPE). Professora no Ensino Fundamental na rede pública municipal de ensino no Recife/PE. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas Históricas, Educação e Culturas-NEPHECs/UFRPE. *E-mail:* dpenhasilva@gmail.com

## Introdução

Os debates sobre a temática indígena nas escolas brasileiras vêm sendo ampliados ao longo das duas últimas décadas, sobretudo após a Lei 11.645, de 10 de março de 2008. (BRASIL, 2008).<sup>1</sup> Nesse sentido, os interesses por essa temática, no universo acadêmico, também expressam a visibilidade que os povos indígenas conquistaram ao longo desse tempo; pois quem primeiro questionou nossas práticas escolares foram os próprios indígenas, ao reivindicarem para suas escolas um formato de educação específica e diferenciada. Esse questionamento às escolas públicas brasileiras se baseava na ideia de que, historicamente, a escola foi responsável por difundir e supervalorizar os conhecimentos ocidentais, em detrimento da invisibilidade ou folclorização dos conhecimentos e das culturas dos povos indígenas.

Ao conquistarem a implantação da Educação Escolar Indígena, observou-se outro problema: as escolas situadas nos territórios indígenas atendiam somente ao antigo ensino primário, o que atualmente é denominado como os anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao término daquela etapa de escolarização, a continuidade dos estudos ocorreria nas escolas das cidades próximas. Isso significava para os índios conviver com preconceitos e diversas formas de discriminação, que permaneciam nas práticas escolares, sobretudo nos livros didáticos. (GRUPIONI, 1995).

Atualmente, uma das práticas escolares mais criticadas é a comemoração do convencional “Dia 19 de abril”. A esse respeito, as pesquisadoras Iara Bonin (2007), Luana B. Gomes (2011) e Celênia Macedo (2009) constataram que, além dessa data tem sido comum vincular a temática indígena a outras datas comemorativas, a exemplo da comemoração do “Descobrimento” do Brasil e da Semana do Folclore, com todas as implicações que possam ter as formas de abordagens pedagógicas sobre essas comemorações escolares.

Essa parece ser uma situação generalizada em todo o País, mas cremos que exista diversidade nos contextos escolares e entre as “práticas pedagógicas”,<sup>2</sup> pois cada contexto e sujeito tem sua singularidade. Como também cremos na capacidade reflexiva das professoras em relação à tomada de decisão sobre a validade dos conteúdos e saberes mobilizados na educação escolar. (OLIVEIRA, 2008).

Portanto, esse texto versará sobre situações pedagógicas singulares acerca da temática indígena. Embora tenhamos identificado práticas tão convencionais quanto às mencionadas, desejamos apresentar algo que nos

pareceu específico daquele contexto escolar (escolas municipais na cidade de Pesqueira, PE).<sup>3</sup> Trata-se de práticas escolares que celebram datas comemorativas convencionais, mas também outras de caráter local.

### **Situando o contexto pesquisado e seu entorno**

As situações pedagógicas singulares, às quais nos referimos, estão diretamente associadas ao contexto sócio-histórico de Pesqueira, município situado em uma região que vem se destacando nas últimas décadas, após o reconhecimento do povo indígena Xukuru do Ororubá, e pela intensa mobilização política dos índios, sobretudo no que diz respeito à retomada do seu território. Também a visibilidade nos dados demográficos no Censo realizado em 2010 pelo IBGE, com publicação dos resultados em 2012, nos quais o município de Pesqueira ficou em primeiro lugar no Nordeste pela concentração demográfica indígena, contando com 9.335 indivíduos. E ainda, quando somados aos Xukurus localizados na aldeia Pão de Açúcar no município vizinho, Poção, totalizaram 12.139 indivíduos (FUNASA, 2010), ocupando uma extensão territorial de 27.555 hectares demarcados e homologados.

Fisicamente, a área indígena Xukuru do Ororubá ocupa uma extensão territorial superior à sede do município, em uma região em que, com a exceção dos períodos de estiagem, se constitui como um cenário sociopolítico e econômico em potencial, considerando os aspectos geográficos favoráveis: por ser uma região serrana, com várias fontes de água potável. Além de ser banhada pelo rio Ipojuca e pequenos riachos, favorece o plantio de hortaliças, leguminosas, frutas e cereais, que servem para alimentar os Xukuru do Ororubá e ainda abastecer as feiras livres em Pesqueira e municípios vizinhos, como Arcoverde, Venturosa, dentre outros.

A condição geográfica privilegiada, onde habitam os Xukuru do Ororubá, configurou-se no passado como um cenário de muitas disputas territoriais, com grandes tensões e conflitos entre índios e fazendeiros naquela região. Segundo o estudo de Souza (1998), responsável pela elaboração do laudo antropológico sobre aquele povo, as constantes tensões com violências, perseguições e morte de líderes indígenas foram motivos para muitas famílias indígenas negarem suas origens étnicas. Por outro lado, a necessidade de sobrevivência do grupo provocou o fortalecimento da identidade étnica, pautada pelas memórias de uma ancestralidade de pertencimento àquele lugar, àquele grupo social e àquele cultura que se

expressava de modo diferente daquela da população do entorno. (SOUZA, 1998; SILVA, 2017).

Foram valores simbólicos e cosmológicos, bem como a força da organização social, que possibilitaram ao povo Xukuru do Ororubá conquistar, ano após ano, um lugar de destaque dentre os demais povos indígenas em Pernambuco e no País. É o primeiro povo indígena naquele estado a ter concluído o processo de homologação e desocupação da sua terra por parte dos posseiros não índios; também são visíveis os avanços na área de Educação diferenciada, na agricultura orgânica, nas políticas de saúde e na organização sociocultural daquele povo.

Entretanto, parte da população Xukuru do Ororubá não resistiu às pressões provocadas pelos conflitos fundiários e deixaram suas terras, migrando para outras regiões do País, ou se estabelecendo na periferia de Pesqueira (BEZERRA, 2012; SILVA, 2008), onde vivem aproximadamente 1.827 indígenas. (IBGE, 2012). A maioria está concentrada nos bairros “Xucurus” e Caixa d’Água, localizados nas proximidades de um dos acessos principais para o território indígena. Durante durante a fase inicial da pesquisa,<sup>4</sup> por meio da aplicação de um questionário impresso para as professoras,<sup>5</sup> identificamos crianças indígenas frequentando escolas localizadas em outros bairros, como Vila Nápoles, Santo Antônio, Centenário, Pedra Redonda, Baixa Grande e Prado, na cidade de Pesqueira.

Inicialmente visitamos as 10 escolas municipais da área urbana, que atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental, localizadas em bairros distintos. Precisávamos identificar as escolas com crianças indígenas frequentando regularmente e nos aproximarmos do corpo docente, e também conhecer a localização geográfica das escolas, em relação à área indígena. Esses foram aspectos determinantes para delimitarmos nosso estudo a três unidades escolares, que nomeamos de Escolas “A”, “H” e “J”.

A Escola “A” está localizada em um dos bairros mais próximos ao acesso principal para a área indígena, onde nos informaram sobre a frequência de 79 crianças indígenas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A Escola “H”, localizada no centro da cidade, a uma distância intermediária da área indígena e onde, segundo informações das professoras, contavam-se nove crianças indígenas naquela etapa de ensino. Enquanto a Escola “J”, localizada em uma região mais afastada da área indígena, apresentou um número menor de crianças indígenas, apenas seis.

Visitando as três escolas selecionadas, iniciamos um contato mais direto com 12 professoras atuantes nas turmas do 1.º ao 5.º ano do Ensino Fundamental, que se dispuseram a participar do nosso estudo, ou seja, quatro professoras por escola. Nesse universo, encontravam-se duas professoras indígenas, duas negras, duas pardas e seis brancas; com idade entre 30 e 61 anos, com experiência em sala de aula entre três a vinte e cinco anos. Por questões éticas, preservamos a identidade das professoras, identificando-as por meio de números.

No decorrer da pesquisa de campo, observamos aquele contexto escolar e o funcionamento das práticas docentes. Além das conversas informais e entrevistas com as professoras, analisamos as seguintes fontes documentais: as prescrições curriculares “ Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic); o Programa Alfabetizar com Sucesso (PAS); os Diários de classe; os Cadernos de Planejamento de atividades docentes e discentes, e os livros didáticos mais citados pelas professoras, geralmente eram de História e Geografia.

Embora contássemos com uma variedade de fontes, recomendamos aos leitores e às leitoras não tomarem-nas como *a realidade*, o que trataremos no presente texto. Pois, a partir da perspectiva da etnografia interpretativa em Geertz (1997), compreendemos que o pesquisador ou a pesquisadora podem até desenvolver a capacidade de apreender a concepção dos informantes acerca do objeto investigado e, no máximo, conseguem perceber as condições e os meios que justificam a percepção desses sujeitos, mas só mesmo os informantes têm o domínio sobre o conhecimento da *realidade*, na qual se encontram. (GEERTZ, 1997, p. 89).

A partir desta consideração, observamos que as professoras, atuando na Escola “A”, estavam mais atentas à presença indígena naquele município. Embora expressassem alguns limites nas suas práticas pedagógicas, também observamos avanços. De forma que, naquele contexto escolar, identificamos atividades pontuais sobre a temática indígena, às vezes vivenciadas nas datas comemorativas convencionais, outras nas datas cívicas municipais. Uma dessas foi o “Dia 20 de abril”, quando se comemora o aniversário da emancipação da cidade de Pesqueira; uma outra data foi o “Dia 20 de maio”, o aniversário do assassinato de “Xicão”, Cacique do povo Xukuru do Ororubá.

Por estas razões, elegemos as atividades pedagógicas realizadas naquela escola para discutir no presente texto, e seguiremos a ordem cronológica

das referidas datas cívicas para a discussão. Em princípio, observamos que essas práticas mesclavam-se entre abordagens convencionais e outras inovadoras, mas, sobretudo, marcadas pelos esforços das professoras em superarem estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas, discutindo a temática na sala de aula de forma a visibilizar o povo indígena local.

### O “Dia 20 de abril”: os índios na história de Pesqueira, PE

A comemoração da emancipação do município de Pesqueira ocorre um dia após o conhecido “Dia do Índio”. Na Escola “A”, professoras e crianças realizaram atividades sobre a temática indígena durante, aproximadamente, um mês, pautadas nos seguintes objetivos pedagógicos: “Compreender a história do município em relação à participação dos índios no passado e no presente; identificar os limites territoriais do município de Pesqueira, mais a área indígena; identificar a presença indígena no município.” (CADERNOS DE PLANEJAMENTO DOCENTE, 2014).

Os citados objetivos foram mencionados por Professoras 1 (1.º ano – 2014), Professoras 2 (2.º ano – 2014) e Professoras 3 (4.º ano – 2015), como possibilidades de vivenciar a temática indígena, em articulação com a história local. Isso ocorreu não só na exposição desse assunto sobre as origens do povoamento, como comumente ocorre a citação dos mitos fundadores, mas na presença indígena evidenciada, também, na atualidade; sobretudo, propondo o reconhecimento dos limites territoriais ocupados pelo povo Xukuru do Ororubá.

Iniciaremos a descrição e discussão pela atividade mediada pela Professora 2, que vivenciou conteúdos sobre a história do município, tomando como suporte pedagógico básico, para sua aula um texto intitulado *Pesqueira*. Tratava-se de uma produção própria pautada pela versão considerada oficial sobre a história daquela cidade. Segundo a referida professora, o texto resultou de um apanhado de informações encontradas em livros e apostilas do acervo pessoal. Assim, resultou no seguinte:

#### Pesqueira

A história de Pesqueira começa em fins de 1659 ou início de 1660 com a fundação de uma missão da Congregação do Oratório, pelo Padre João Duarte do Sacramento. Tal missão fora fundada junto à tribo Cariri de nome Xukuru que habitava a Serra do Ororubá. O local fora batizado de Monte Alegre, depois se tornou Cimbres

e foi elevada à categoria de Vila em 1762. A partir de 1799, uma fazenda começou a ser instalada no pé da serra por Manoel José de Siqueira. Em 1800 a fazenda recebeu o nome de Poço Pesqueiro ou 'da Pesqueira', não se sabe ao certo, e começou a progredir com rapidez. Tanto que à 13 de maio de 1836, Poço Pesqueiro já era uma povoação vistosa, e foi elevada à vila com o simplório nome de Pesqueira, recebeu a sede do município de Cimbres que no alto da serra já não era tão visível para assuntos políticos e o comércio. Depois disso a cidade progrediu como em nenhum outro lugar do sertão, devido à instalação de fábricas de doces e beneficiamento de tomate. Em 1880, a vila foi elevada à cidade com o nome de 'Sant'Águeda de Pesqueira' que não vingou, recebendo o nome de 'Pesqueira'. A vila de Cimbres foi a ela anexada, e juntas, Cimbres e Pesqueira formaram o município de Cimbres até 1913, quando Pesqueira passou definitivamente a ser o nome do município, passando a antiga sede a mero distrito. Administrativamente, o município é formado pelo distrito sede, e pelos povoados de Cimbres, Mimoso, Mutuca, Papagaio, Salobro, Ipanema, Cajueiro, Beira Mar, Capim de Planta e Cacimbão. Entre seus filhos destaca-se nomes importantes para a história brasileira, como o Cardeal Arcoverde (1.º Cardeal da América Latina), o Barão de Cimbres, O Barão de Vila Bela, o Conselheiro Paes Barreto, e vários presidentes de províncias. Além de artistas como o cantor Paulo Diniz. Atualmente, no dia 20 de abril, Pesqueira comemora a sua emancipação política. A padroeira da cidade é Santa Águeda. (CADERNO DE ATIVIDADES DISCENTES, professora 2, turma do 2.º ano, Escola "A", aspas no original).

Segundo a professora, não existem subsídios didáticos disponíveis na escola sobre a história local, sobretudo relacionados com os povos indígenas locais. De forma que as estratégias usadas na aula foram baseadas no citado texto e na exposição oral. Depois dessa primeira etapa da aula, o texto foi escrito integralmente no quadro e lido coletivamente. Inicialmente uma leitura voluntária ou incentivada pela professora, pois conforme a capacidade de domínio da leitura das crianças envolvidas, liam palavras, frases, parágrafos, até concluírem a leitura de todo o texto; como última etapa, o texto foi transcrito para o quadro e reproduzido pelos discentes em seu caderno.

Dentre os aspectos pedagógicos, que mais nos chamaram a atenção nessa atividade, estão: a capacidade de síntese da professora, no que se

refere à produção do texto; a perspectiva histórica à qual se vinculou, e a dinâmica da aula. Em relação ao primeiro aspecto, notamos que o referido texto reuniu um volume de informações históricas bastante significativas. Foram pontuadas situações ocorridas nos últimos cinco séculos, que resultaram na emancipação do município. Narrou-se uma história referente a um período bem longo, em um pequeno texto, de forma que este possibilitasse às crianças do 2.º ano do 1.º ciclo do Ensino Fundamental uma visão panorâmica da história do município.

Por outro lado, essa sistematização pode ser prejudicial à construção do conhecimento integral da história, mas, diante do tempo curricular do qual a educação escolar dispõe, não era possível aprofundar a discussão sobre os eventos citados no referido texto. Precisaria, no mínimo, de uma aula de História para cada um; desse modo, comprometeria os demais assuntos e componentes curriculares. Esse é um risco que se corre, quando se tenta *didatizar* o conhecimento histórico e adaptá-lo ao contexto escolar.

No que se refere à perspectiva histórica, foi visível a filiação à perspectiva historiográfica eurocêntrica e positivista. Outro aspecto que marcou essa perspectiva foi tomar como marco histórico o início da colonização daquela região, onde os índios eram mencionados como parceiros na fundação da missão, mas desaparecendo ao longo da história, evidenciando-se o protagonismo de outros sujeitos externos. Uma história, marcada pela exaltação da cultura ocidental, teve como exemplo a referência à Religião Católica Romana, como dominante.

Um aspecto que marca a perspectiva positivista é recorrer às referências de datas que lembram eventos políticos, povoados por considerados vultos históricos, que constituíam as oligarquias e a elite religiosa da região. Outro aspecto característico, ainda da citada perspectiva histórica, é a ideia de progresso como algo positivo. Naquele caso, inicialmente fundamentada no crescimento da povoação e pelo poderio econômico e, posteriormente, pela instalação de fábricas no início do século XX, representando a modernização do País.

Nesse sentido, como historicamente os povos indígenas foram considerados sinônimo de atraso para o País, assim justificando as muitas políticas indigenistas para a integração dos indígenas à sociedade nacional, pode também se justificar a falta de referências aos povos indígenas, na história do *desenvolvimento* do município de Pesqueira. Com isso, omitiu-se a participação dos índios no cenário político, econômico e religioso.

Sobre esse último aspecto, observamos que o texto, predominantemente, fez referências à religião católica, como pano de fundo do início ao fim da narrativa. Por outro lado, em nenhum momento, foram citadas as expressões religiosas indígenas, ignoradas pela chamada história oficial.

No que se refere à dinâmica da aula, a professora adotou uma prática bem convencional: Teria outra opção naquele momento? Não muitas! Poderia a professora levar as crianças até o laboratório de informática da escola? Sim, mas nem sempre o laboratório dispunha de conexão com a internet! Sugerir a pesquisa para ser realizada em casa? Possivelmente não seria viável, pois a maioria das crianças não possuía computador nem acesso à internet. Que opções seriam possíveis? Talvez articular palestras na escola com especialistas no assunto, ou incentivar as crianças a entrevistarem pessoas mais velhas na cidade ou na comunidade, para ouvirem diferentes versões da história e confrontá-las com a narrativa escrita; e, sobretudo, ouvir líderes indígenas.

Enfim, diante do exposto, compreendemos que o objetivo da professora foi situar as crianças sobre o percurso histórico que resultou na emancipação do município, considerando a participação dos índios na história local. Possivelmente, as fontes historiográficas que a auxiliaram na produção daquele texto não possibilitaram reflexões críticas acerca da história. Todavia, não podemos tomar essa situação como única referência das práticas docentes daquela professora, uma vez que, sobre o mesmo tema (o aniversário da emancipação do município), ou outros, identificamos atividades que se afastavam da concepção sobre os povos indígenas no passado.

Por exemplo, essa mesma professora, igualmente às colegas, Professoras 1 e 3, transformou a temática indígena num tema transversal, que foi explorado em outras áreas de conhecimento, que não fosse História. Em princípio, continuaram as atividades comemorativas discutindo conteúdos referentes à Geografia local, sobre a qual usaram como recurso visual uma gravura que aludia ao mapa administrativo do município. Foram reproduzidas cópias para cada criança observar a quantidade, o nome dos distritos, a figura indígena em destaque e pintá-la. Uma cópia dessa atividade pode ser visualizada a seguir:

Figura 1 – Atividade discente



Fonte: Acervo fotográfico da autora. (CADERNO DE ATIVIDADES DISCENTES, turma 1.º ano, abril de 2015).

Com recurso visual, as crianças acompanharam de forma menos abstrata as explicações orais acerca do assunto. Em conversas com as professoras, percebemos que o objetivo específico da atividade foi estudar os limites territoriais do município, a divisão administrativa em distritos e evidenciar o povo indígena como habitante naquela região, indicando a localização do território indígena. Sobre a presença indígena no município, a própria imagem tornou-se uma linguagem facilmente compreensível, uma vez que a figura indígena encontrava-se em primeiro plano, embora bastante representativa das contradições existentes no contexto escolar, acerca do imaginário sobre os indígenas.

Se, por um lado, consideramos um avanço as professoras tomarem como referência a imagem de uma figura indígena feminina, quando é incomum nos livros didáticos e na mídia a visibilidade das mulheres indígenas, sobretudo vestidas, além de estabelecer uma aproximação com a

representação das mulheres indígenas Xukuru do Ororubá na atualidade; por outro lado, o corte de cabelo e o cocar de penas longas remete aos estereótipos clássicos sobre os indígenas na região amazônica, afastando-se da ideia sobre as sociodiversidades existentes em outras regiões do País, sobretudo em Pernambuco.

Tais aspectos parecem contraditórios quando compõem uma mesma imagem. Segundo o intelectual indígena Baniwa, Gersem dos Santos Luciano (2006, p. 35), as contradições, acerca da concepção da identidade indígena, têm origens na ignorância sobre o universo indígena ainda recorrente na sociedade brasileira. Nesse sentido, é possível que aquelas professoras não estivessem atentas o suficiente ao universo indígena local, pois, caso contrário, saberiam que seria mais apropriado, ao invés do cocar de penas, colocar na cabeça da indígena, representada na Figura 1, uma barretina,<sup>6</sup> por ser um dos artefatos simbólicos do povo Xukuru do Ororubá.

No entanto, outro aspecto que consideramos um avanço na atividade foi sua dimensão interdisciplinar. Segundo a descrição da atividade pelas professoras, entendemos que, para justificar os limites territoriais em relação à área indígena, foi preciso: mobilizar conhecimentos acerca da história política do povo Xukuru pela posse da terra, atualmente destinada ao usufruto dos índios; depois, preparar de uma lista dos distritos e dos municípios vizinhos, o que exigiu mobilizar conhecimentos da escrita e da leitura; contar esses municípios e distritos que mobilizou conhecimentos matemáticos; ler a imagem e pintar com cores que possibilitassem diferenciar os limites de cada distrito mobilizaram conhecimentos na área de Artes.

Embora, no que se refere à identificação dos limites do território indígena, em relação à localização no município, não pareça bem definida na figura exposta, a Vila de Cimbres foi citada como um dos distritos, quando sabemos que foi o núcleo inicial de povoamento no período colonial naquela região, mas não corresponde a toda a área indígena delimitada atualmente. (SILVA, 2008; SOUZA, 1998). Desse modo, foi possível afirmar que a centralidade da temática indígena, expressa em primeiro plano, na imagem que serviu de suporte para a atividade, foi diluída na distribuição dos limites geográficos do município.

Todavia, a capacidade criativa das professoras, na elaboração da atividade, objetivando incluir conteúdos referentes à temática indígena, revelou dois aspectos das suas práticas pedagógicas: o primeiro que, para além do que se convencionou vivenciar essa temática apenas no “Dia 19 de abril”, no

componente curricular de História, é possível problematizar a presença indígena local quando se trata de outras áreas do conhecimento; o segundo, conforme o contexto escolar e as condições de trabalho, foi que a criatividade docente faz uma grande diferença.

Outra atividade pedagógica referente à comemoração do aniversário da emancipação do município, incluindo a temática indígena, foi desenvolvida na turma do 4.º ano, pela mediação da Professora 3. Como subsídio didático básico utilizou o texto da letra do hino do município:

Ó Pesqueira dos doces e das rosas, embalada ao rolar da ‘cachoeira’.  
Tens a graça das manhãs gloriosas, és sertaneja meiga e faceira.

Um porvir grandioso tu desvendas, com a esperança fagueira te acenando, vem ao som do abóio nas fazendas, e o motor das fábricas pulsando.

Lençol de prata pelos céus azuis, quanta beleza teu lar encerra. É a tristeza dos índios Xucurus, com a saudade atroz da sua serra.

E no alto da serra, entre os rebrilhos, refulgentes do sol, o teu Cruzeiro, abre os braços da fé, e altaneiro; de Deus é a bênção sobre os teus filhos.

Estrilho

Terra querida de Anísio Galvão, tu és bonita e mais risonha não há. Teu nome trago no coração, Rainha do Ororubá.

Observa-se que o texto do hino discorre sobre alguns aspectos peculiares à história daquele município, mencionados também no texto discutido pela Professora 2, visto anteriormente. Dentre os aspectos observados estão: a “Fábrica Rosa” e sua produção de doces, um dos símbolos do “desenvolvimento” urbano e industrial de Pesqueira; a coexistência da ruralidade e a industrialização; a exaltação das belezas naturais daquela região; a melancolia indígena pela perda das terras; o catolicismo romano como expressão religiosa soberana. Por fim, a exaltação do escritor e jornalista Anísio Cordeiro Galvão, atribuindo ao lugar onde esse nasceu a qualificação de majestoso, assim nomeando aquele lugar como “Rainha do Ororubá”.<sup>7</sup>

A respeito da função pedagógica do referido texto, notamos que, além de corroborar o exercício da leitura e interpretação, serviu como pano de fundo para discutir sobre a presença do povo Xukuru do Ororubá na história municipal. Nesse sentido, a professora iniciou a aula com uma breve

exposição oral, situando a importância do hino, como um dos símbolos oficiais do município; em seguida, sugeriu a leitura coletiva e discussões sobre os diversos aspectos socioculturais presentes no texto, sobretudo chamando a atenção para as questões relacionadas com a tristeza indígena por afastar-se das terras. Como exercício de interpretação e fixação, a docente sugeriu que cada criança produzisse gravuras para ilustrar o texto. Dentre essas, destacamos partes das Figuras 2 e 3.

Figura 2 – Produção discente



Figura 3 – Produção discente



Fonte: Acervo fotográfico da autora. (*Cadernos de atividades discentes*, turma 4.º ano, abril de 2015).

Na Figura 2, observa-se que a criança reconheceu os Xukuru do Ororubá nos aspectos socioculturais mais aproximados com a situação atual daquele povo indígena, destacando uma barretina separadamente, e ainda na cabeça de uma figura indígena feminina, também trajando um *tacó*.<sup>8</sup> Como visto, essa foi mais uma atividade pedagógica que visibilizou a mulher indígena, sobretudo caracterizada com trajes usados pelos indígenas, em situações especiais, durante os rituais religiosos ou nas mobilizações políticas.

Na Figura 3, observamos que, embora o uso do *tacó* remeta àquele povo na atualidade, os demais aspectos assemelham-se às imagens estereotipadas comumente encontradas nos livros didáticos. A exemplo do

formato da pintura corporal, o corte de cabelo e o tipo de cocar incomum aos Xukuru do Ororubá, menos ainda a utilização de lança/flecha como consta na mão do índio. Esses aspectos os tornam diferentes das expressões socioculturais dos indígenas locais.

Enfim, notamos que a estratégia didática utilizada pela professora, em grande parte, possibilitou a produção do conhecimento escolar acerca da participação dos Xukuru do Ororubá na história da cidade. Embora algumas crianças ainda permanecessem com dificuldades para identificar os indígenas locais, como se apresentam na atualidade, compreendemos que a desconstrução dos estereótipos sobre os povos indígenas em geral é um longo processo, não só para essa professora, mas como visto nas outras atividades discutidas nesta seção. Embora ainda existindo limitações a ser superadas, foi a forma possível de lidar com as novas demandas curriculares, na ausência de outros suportes pedagógicos e de formação docente, a respeito da referida temática.

Para Sacristán (2000, p. 209), “o leque de atividades possíveis num determinado contexto escolar é o resultado da adaptação, às vezes criadoras e outras simplesmente passivas, das iniciativas que, neste aspecto, os professores desenvolvem num determinado campo escolar”. Diante da escassez de subsídios didáticos sobre o povo indígena local, somando-se à ausência de uma cultura escolar que visibilize os grupos considerados subalternos, são exigidas das professoras criações e adaptações curriculares, porém nem sempre plenamente bem-sucedidas, mas apontando para esforços a serem potencializados.

### **O “Dia 20 de maio”: o ensino sobre violências física e simbólica contra os Xukuru do Ororubá**

Em 20 de maio de 1998, foi assassinado Francisco de Assis Araújo, conhecido como Xicão Xukuru, cacique e líder político do povo Xukuru do Ororubá, nas décadas de 1980 e 1990. Foi um crime brutal, com ampla repercussão local, nacional e internacional, motivado pela disputa de terras entre indígenas e fazendeiros que, ao longo dos anos, invadiram o território indígena na Serra do Ororubá em Pesqueira. Os fazendeiros foram obrigados a deixar as fazendas sob pressões indígenas, após a promulgada a Constituição Federal em 1988, que favoreceu o início do processo de demarcação da terra indígena Xukuru do Ororubá. (SOUZA, 1998).

Desde o primeiro ano do assassinato de Xicão, o povo Xukuru do Ororubá vem realizando uma caminhada da Serra do Ororubá em direção ao centro da cidade de Pesqueira, culminando com um ato público no bairro Xucurus, onde ocorreu o assassinato do cacique. O ato público conta com a participação da população indígena local, de outros povos em Pernambuco e de outras regiões do País, reunindo também não indígenas de instituições diversas, como universidades públicas e privadas, Igreja Católica Romana e ONGs. Essa data sem caráter festivo, ao longo dos anos, foi ressignificada: no início, era expressão de dor pela grande perda, mas passou a ser um espaço no qual o povo Xukuru do Ororubá torna públicas suas demandas políticas e sua pauta de reivindicações.

Um dos pontos de apoio para esse evento era uma escola municipal em Pesqueira, localizada no bairro onde se realiza o ato público. Nos últimos anos, a escola abria suas portas para oferecer serviços, como água para os participantes beberem e acesso aos sanitários. Durante o percurso até esse local, a caminhada passa próximo a duas outras escolas municipais, uma dessas é a Escola “A”, campo de estudo do qual resultou o presente texto.

Segundo as professoras dessa escola, o “Dia 20 de maio” mobiliza a participação das famílias indígenas moradoras naquela localidade e crianças que frequentam essa escola. Consequentemente, mobiliza também as práticas docentes, uma vez que as professoras são pressionadas à flexibilizarem as atividades curriculares, em razão da baixa frequência discente naquele período; posteriormente precisam explorar o assunto que provocou a ausência dos estudantes. Nesse sentido, identificamos nos cadernos de planejamento das docentes, do ano letivo 2014, objetivos e atividades realizadas.

Os registros indicaram “diálogos” entre o planejamento das professoras com o Eixo temático História Local da proposta curricular do Alfabetizar com Sucesso, programa que recomenda a aproximação com o conhecimento acerca dos povos indígenas locais. Nesse sentido, as professoras elaboraram os seguintes objetivos:

Conhecer a história do povo indígena local; Refletir sobre a história de vida, e pelo que lutava o Cacique Xicão, conhecendo um pouco mais a sua história e seus costumes; Reconhecer e valorizar a relação dos povos indígenas para com a Natureza, reconhecendo a luta dos índios pelo equilíbrio e sustentabilidade do meio ambiente. (*Caderno de planejamento das professoras, Escola “A”*).

A nosso ver, os objetivos mencionados são de grande relevância para o ensino da História e das culturas indígenas, pois, embora tratando-se de uma história recente, tem raízes profundas e está imbricada com a história do município e da população local, sobretudo o último objetivo que possibilita estabelecer relações com a mobilização do povo Xukuru do Ororubá, em defesa da Mata de Pedra d'Água e das demais reservas naturais existentes no território habitado pelos índios. Essas vivências possibilitaram a superação das visões exóticas e folclóricas e adentraram o campo da historicidade, da política e das relações de poder no município.

Nesse contexto inscrevem-se algumas vivências pedagógicas que ocorreram nas turmas das Professoras 1, 2 e 3, nas atividades coletivas, reunindo as três turmas e outras atividades individuais. Uma das atividades coletivas foi a exibição de um vídeo-documentário intitulado *Xicão Xukuru*. Esse documentário apresenta a narrativa indígena sobre a história daquele lugar, contada pelo cacique Xicão, quando o mesmo denunciou as violências e perseguições contra seu povo e ameaças de morte que enfrentava; na sequência, são apresentadas manchetes de jornais sobre o assassinato do cacique, seguidas das imagens do velório e da revolta da família, dos parentes mais próximos e do povo indígena.

Na conversa com a Professora 1, observamos que, embora grande parte do público estudantil conhecesse a história do protagonista do vídeo e as expressões socioculturais do povo indígena, as discussões acerca dos conteúdos apresentados no documentário enriqueceu os conhecimentos escolares sobre a temática indígena. Sobretudo, no que se refere à atuação política do povo Xukuru do Ororubá na contemporaneidade, possibilitou que as crianças indígenas, ou não, moradoras na área urbana da cidade, desmitificassem a ideia de índios como seres do passado. Como exemplo, há a afirmação da professora: “O cuidado de dizer que o índio não é só aquele que vivia ‘nu’ dentro das matas. Para as crianças entenderem, colocá-los como parte dessa realidade”. (Professora 1, Escola “A”, turma 1.º ano – 2014). Na sequência de atividades, recomendou-se que cada criança buscasse informações complementares sobre o assunto vivenciado em sala de aula (exceto a turma da Professora 1).

Na turma da Professora 2, a produção discente foi individual, enquanto que, na turma da Professora 3, ocorreu em equipes. Mediante o formato do presente texto, discutiremos sobre apenas uma atividade, realizada por uma criança da turma da Professora 2, por se tratar de um texto que mais

se aproximou do assunto abordado no referido documentário. Nesse sentido, enfatizamos um aspecto que nos chamou a atenção, referente à autoria do texto: embora não houvesse menção à fonte de onde foi extraído, observa-se que apresentou um vocabulário bem-elaborado e, possivelmente, originou-se de alguma matéria jornalística.

Esse aspecto pareceu significativo, considerando que, em meio ao universo tão vasto de informações na internet, acerca do assunto pesquisado, a seleção daquele texto, e não de outro, pôde indicar um posicionamento pessoal da criança ou de quem a auxiliou na busca de informação. Sobretudo, o diálogo estabelecido com o conteúdo do documentário, remetendo às cenas finais sobre as manchetes de jornal, apresentando o ocorrido, mais o velório do líder assassinado:

No dia 20 de maio de 1998, por volta do meio-dia, eu estava em casa, assistindo televisão, quando a programação foi interrompida por um plantão jornalístico anunciando o assassinato do líder indígena Xicão Xukuru, em Pesqueira, agreste Pernambucano. Desde que assumiu um papel destacado de liderança, Xicão passou a sofrer violências e ameaças de todos os tipos: telefonemas e carta anônimas, tentativas de subornos, ameaças de morte, listas com nomes de índios a serem assassinados e executados. O assassinato de Xicão repercutiu na imprensa em nível nacional. Era mais uma liderança indígena que tombava, e a luta pela terra foi colocada, várias vezes, como motivo das perseguições. [...] (*Cadernos de atividades discentes*, turma do 2.º ano – 2014, Professora 2, Escola “A”).

Embora o texto não atenda à recomendação da professora sobre buscar informações complementares, observe-se quão motivadora foi a exibição do documentário, como subsídio didático, favorecendo a criança a reconhecer conteúdos em contextos não escolares; isso significa a potencialização da capacidade de ler outras formas de linguagem, outros meios de comunicação.

O fragmento citado reforça, ainda, a importância das informações sobre o assunto central da atividade solicitada, além de acentuar as relações de poder envolvendo disputas por terras indígenas. É possível que a seleção de um texto, com destaque a esses aspectos, estivesse em conformidade com a forma de abordagem docente sobre a referida temática. A professora exibiu o vídeo que visibilizou tais relações, e discutiu acerca destas, favorecendo

às crianças as possibilidades de olhares mais apurados para aquela situação, ou indo mais além. Como exemplo, o último fragmento textual apresentado pela criança:

Com a morte, a figura de Xicão passou a ocupar novos patamares, seja em relação ao universo político nacional, onde se constituiu como líder indígena martirizado, seja em relação ao próprio universo Xukuru, onde passa a integrar o mundo sobrenatural dos antepassados. (*Cadernos de atividades discentes*, turma do 2.º ano, Professora 2, Escola “A”).

Com esse fragmento textual, nota-se o que existe de novo: informações não contidas na atividade inicial (no vídeo documentário) foram apresentadas ampliando a leitura e os conhecimentos da criança, pois as informações citadas enunciam o desdobramento do acontecimento. Com isso também evidenciou-se a força política representada na figura de Xicão, e aspectos do universo espiritual do povo Xukuru do Ororubá, que remontam à ideia de eternização da presença daquele líder indígena para seu grupo étnico, assim indicando que sua morte não foi o fim da história política daquele povo.

Vivências pedagógicas nesse sentido distanciam-se da visão de vitimização e derrotismo dos indígenas que, historicamente, foi enfatizada no universo escolar, de forma geral. Sobretudo, favorecendo outras possibilidades de ver e narrar sobre os povos indígenas na história, a partir de outras perspectivas, nas quais os índios são evidenciados como sujeitos da história. Entendemos que as atividades nesse sentido possibilitam a visibilização dos povos indígenas no presente e, também problematizam questões que envolvem o reconhecimento desses povos como sujeitos de direitos. Isso diz respeito não só aos povos indígenas, mas a toda a sociedade brasileira.

### Considerações finais

Ao olharmos a temática indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas escolas municipais de Pesqueira/PE, observamos que, para a maioria das professoras participantes deste estudo, tratar sobre o assunto não era algo fácil mas desafiador, em razão de vários fatores, dentre estes: a existência de um currículo privilegiando conteúdos referentes à

Língua Portuguesa e Matemática; os silenciamentos sobre a importância dos povos indígenas locais na história do município; a ausência de conteúdos relacionados com a temática indígena na formação inicial e continuada docente; a invisibilidade histórica das diferenças socioculturais indígenas, que permeiam os livros didáticos; a ausência de apoio da Secretaria Municipal de Educação; a inexistência de um plano institucional com prioridade para as questões étnico-raciais, a exemplo do Projeto Político-Pedagógico de cada escola.

Quando nos reportamos ao contexto específico da Escola “A”, conforme as atividades pedagógicas analisadas, observamos que, embora existissem algumas limitações em relação ao domínio dos conteúdos curriculares propostos, havia nítida sensibilidade por parte das professoras, em geral motivadas pela intensa presença de estudantes indígenas naquele contexto escolar. Por exemplo, existiam eventos locais e situações peculiares, que mobilizavam a atenção das professoras para explorar, pedagogicamente, a temática indígena. Como resultado, houve significativo avanço no que diz respeito aos esforços coletivos das docentes, sempre que possível empreendendo criatividade, usando as chamadas novas tecnologias, discussões, debates, exposição das produções das crianças, buscando sempre superar as abordagens convencionais.

Entretanto, por mais que exista esforço de superação por parte das professoras, a exemplo de não tratar sobre a temática indígena apenas no dia 19 de abril, ainda é necessário que haja atenção à ausência de políticas públicas de formação continuada para uma educação das relações étnico-raciais, que possibilitem a participação de especialistas no assunto, sobretudo convidando líderes indígenas para as escolas, como palestrantes e protagonistas das narrativas históricas sobre seu povo; orientações às professoras sobre as possibilidades de acesso a referenciais teórico-metodológicos coerentes com as produções acadêmicas atualizadas sobre a temática indígena; planejamento institucional vislumbrando incluir a abordagem da temática indígena como conteúdo curricular sistemático e contínuo; subsídios didáticos adequados ao contexto local; por fim, visitas pedagógicas ao território indígena, previamente articuladas com suas lideranças.

## Notas

---

<sup>1</sup> A Lei 11.645/2008 modificou o art. 26-A da LDBEN/1996, tornando obrigatório o ensino sobre a História e Culturas dos povos indígenas na Educação Básica pública e privada. Anteriormente, o art. 26 do citado documento foi alterado com a Lei 10.639/2003, versando sobre o ensino da História da África e dos africanos no Brasil.

<sup>2</sup> Nesse texto, quando nos referimos às práticas pedagógicas, estamos falando especificamente das práticas escolares mediadas pelas professoras. Sobretudo, tendo em vista que essas práticas se revelam como um dos espaços de materialização da *práxis* pedagógica, a qual, segundo Souza (2009), se constitui como uma ação coletiva institucionalizada, que envolve o pensar e o agir de variados sujeitos (docentes, discentes, gestores, dentre outros).

<sup>3</sup> O município de Pesqueira localiza-se na região do Agreste Pernambucano, aproximadamente a 220 km da capital do estado.

<sup>4</sup> A fase inicial a que nos referimos foi a chamada pesquisa exploratória. Conforme Minayo (2010), essa fase do estudo é importante para a definição dos espaços e sujeitos, e o estabelecimento dos critérios de amostragem e das estratégias a respeito de como ocorrerá a inserção no campo.

<sup>5</sup> Nesse caso, usamos o termo no feminino, em razão da ausência de docentes do sexo masculino nas turmas pesquisadas.

<sup>6</sup> Adereço de palha trançada em forma de cone, usado na cabeça.

<sup>7</sup> A esse respeito, é possível compreender tal alusão pelas informações de Luís Wilson (1986), mencionando que Anísio Galvão nasceu na Fazenda Cacimbão na Serra do Ororubá, onde atualmente se localiza o território Xukuru do Ororubá.

<sup>8</sup> Traje de alguns povos indígenas no Nordeste brasileiro, em formato de saio de fibra vegetal (caroá, palha de milho ou palmeira), sendo comum o uso em rituais religiosos, eventos políticos, ou festivos tradicionais.

## Referências

---

- BEZERRA, Edmundo Monte. *Migrações Xukuru do Ororubá: memórias e História 1950-1990*. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- BONIN, Iara Tatiana. *E por falar em povos indígenas: quais narrativas contam em práticas pedagógicas*. 2007. 220f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BRASIL. Lei 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- FUNASA. *Censo demográfico de saúde indígena*. Brasília, 2010.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GOMES, Luana Barth. *Legitimando saberes indígenas na escola*. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º 2.º graus*. Brasília: MEC, 1995. p. 481-521.
- IBGE. Características gerais dos indígenas. *Censo demográfico 2010*, Rio de Janeiro, 2012.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Secad; Laced, 2006.
- MACÊDO, Celênia de S. *O índio como o outro: o desafio de construir uma identidade positiva a partir dos livros didáticos*. 2009. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Criação curricular, autoformação e formação continuada no cotidiano escolar. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). *Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-67.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, Edson H. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá, Pesqueira, PE, 1950-1988*. 2008. 299f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

SILVA, Edson H. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá*, (Pesqueira/PE), 1950-1988. 2. ed. Recife: Edufpe, 2017.

SOUZA, João Francisco de. Prática pedagógica e formação de professores. In: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Eliete (Org.). *Prática pedagógica e formação de professores*. Recife: Ed. da UFPE, 2009.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. *As fronteiras do ser Xukuru*. Recife: Fundaj, 1998.

WILSON, Luis. *Anísio Galvão e outras notas para a história de Pesqueira*. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1986.